

**HABEAS CORPUS Nº 549.228 - SP (2019/0359834-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417**  
 : **CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP0319219**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **GABRIEL HENRIQUE RODRIGUES (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GABRIEL HENRIQUE RODRIGUES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2263562-04.2019.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, **ante a apreensão de 2,6g (dois gramas e seis decigramas) de cocaína**, uma faca de cozinha, uma balança de precisão, um estilete, uma tesoura e embalagens – e-STJ fl. 80.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 79/82).

No presente *writ*, sustentam os impetrantes, em síntese, inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não foi apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Busca, inclusive liminarmente, possa o paciente responder ao processo em liberdade, mesmo que mediante a imposição de medidas cautelares alternativas, com extensão dos efeitos ao corréu.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Explico.

Confira-se o que consta da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (e-STJ fls. 91/92):

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a manutenção do acusado no cárcere é medida que se impõe a fim de se garantir a ordem pública, máxime perante a sociedade local e diante da situação atual do País, em que tanto se discute a questão da impunidade, sendo prematura a liberação sem a dissipação dos efeitos da conduta perpetrada. Vale citar: "... o conceito de ordem pública não se limita só a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão..." ( Processo Penal – ed. Atlas – Julio Fabrini Mirabete ). Destaco que duas testemunhas na fase policial Lucas Nunes Lobato e Luciano afirmaram a compra de drogas no local dos fatos, sendo inclusive encontrado com Luciano entorpecente. Os policiais chegaram na casa, mediante denuncia anônima de pratica de tráfico, denuncia essa que foi confirmada pelas testemunhas mencionadas. Alem disso, os policiais viram Gabriel tentando descartar algo, bem como, encontrado plástico, tesoura e balança, alem de valor em dinheiro, não esclarecendo de forma clara sua origem. Há indícios fortes da pratica de trafico de entorpecente. **Gabriel é egresso do sistema prisional por este crime.** Lucas é tecnicamente primário. Trata-se de crime hediondo e sua prática traz prejuízos à sociedade, sendo causa indireta de diversos outros crimes, estando assim a periculosidade presente. Desta feita, observadas as disposições do art. 312 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 12.403/11, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva, com fulcro no art. 310 do Código de Processo Penal, ressaltando, por ora, a inadequação das medidas cautelares diversas da prisão ante o acima exposto. Expeça-se mandado de prisão preventiva contra o acusado. (Grifei.)

Como se vê, a despeito de o decreto prisional não ser desprovido de motivação, já que destaca a reiteração delitiva do paciente, o fato é que, ao menos num juízo perfunctório, parece-me suficiente, para os fins acautelatórios pretendidos, a imposição de medidas outras que não a prisão, sobretudo porque não se trata da apreensão de elevada quantidade de entorpecente, mas sim de **2,6g (dois gramas e seis decigramas) de cocaína.**

Como é cediço, a custódia cautelar é providência extrema que, como tal,

# Superior Tribunal de Justiça

somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual *"a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)"*.

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida nesta insurgência, mostra-se imperioso o deferimento do pedido emergencial, ainda que em menor extensão.

Diante da identidade de situações, estendo os efeitos desta decisão ao corréu Lucas Nunes Lobato.

Ante o exposto, **defiro a liminar** tão somente para assegurar possa o paciente aguardar em medidas cautelares alternativas, a serem fixadas pelo Juízo de primeiro grau, o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*, se por outro motivo não estiver preso, com extensão dos efeitos desta decisão ao corréu LUCAS NUNES LOBATO.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor desta decisão, solicitando-lhe, ainda, informações pormenorizadas acerca do caso em questão.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator